

X LEGISLATURA ACTA Nº 111/X/4ª SL

Aos vinte e um dias do mês de Abril de 2009, pelas 15h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR), na Sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira, iniciou os trabalhos, tendo como ponto único da Ordem do Dia a **Audição do Presidente da Autoridade da Concorrência (AdC)**.

O Sr. Presidente deu as boas-vindas ao Presidente da Autoridade da Concorrência e à sua equipa.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes efectuou uma interpelação à mesa dando conta da realização na CAEIDR, com regularidade, de uma audição à actividade genérica da Autoridade da Concorrência com base no respectivo Relatório de Actividades, tendo questionado a possibilidade de essa audição se efectuar a curto ou médio prazo.

De seguida, o Sr. Presidente deu conta do modo de condução dos trabalhos e passou a palavra ao Presidente da AdC para uma intervenção inicial¹ sobre as principais conclusões e recomendações constantes do relatório final da Análise Aprofundada sobre os Sectores dos Combustíveis Líquidos e do Gás Engarrafado em Portugal.

O Sr. Presidente agradeceu ao Presidente da AdC a intervenção efectuada e passou, de imediato, a palavra aos Grupos Parlamentares.

Começou por intervir a Sra. Deputada Rosário Águas que, louvando o teor do relatório, considerou que este não descrevia a realidade, nomeadamente quanto: à presença de um sector com um conjunto de actividades concentradas, à velocidade de ajustamento dos preços ao consumidor (na sequência de alterações de preços de matérias primas) muito mais lenta na descida do que na subida, às diferenças, não negligenciáveis, de preços; à inexistência de novidades um ano depois da apresentação do primeiro relatório e após a aplicação de uma metodologia mais aprofundada; à dificuldade em acreditar na inexistência de uso e abuso de posição dominante. De seguida, ainda que consciente de que a prova se faz em tribunal, questionou o Presidente da AdC sobre a sua convicção sobre a eventual existência de abuso de posição dominante, bem como sobre a melhoria das infra-estruturas para reduzir as barreiras à entrada de novos operadores. O Sr. Presidente deu a palavra ao Presidente da AdC para responder às questões colocadas.

De seguida, usou da palavra o Sr. Deputado Jorge Seguro Sanches, que louvou o relatório e a exposição efectuados e recordou que o actual regime de preços resulta da Portaria 1423-F/2003, de 31 de Dezembro, sobre liberalização na formação dos preços. Recordou, ainda, ter sido o GP do PS a suscitar a análise da questão na CAEIDR, com a convicção da necessidade de dar garantias aos consumidores quanto à validade do regime vigente. Questionou o Presidente da AdC sobre a capacidade de, rapidamente, esta dar respostas aos agentes políticos caso se repitam os eventos do Verão de 2008, a aposta nas energias renováveis e eficiência energética, a necessidade de melhoria da disponibilização de informação ao consumidor, a eventual obrigatoriedade de depósito, na AdC, dos contratos entre gasoleiras e

¹ A apresentação efectuada (e a documentação distribuída) faz parte do espólio da CAEIDR e pode ser consultada no respectivo site *internet*.

combustíveis; e, ainda, sobre a eventual proibição do operador com posição dominante ao nível dos depósitos de importação e distribuição secundária no sul do país. O Sr. Presidente deu a palavra ao Presidente da AdC para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou que o relatório apresenta muita informação para constatar que não se pode demonstrar a existência de concertação de preços, nomeadamente tendo em consideração a estrutura oligopolista do mercado, considerando que os consumidores continuarão a ser enganados pela estrutura económica subjacente a este processo. Questionou o Presidente da AdC sobre a não implementação das recomendações anteriores (de 2004), a formação dos preços internacionais de referência e a opinião dos reguladores internacionais sobre esta matéria, a falta de interação entre oferta e procura num contexto de produtos transaccionáveis, a impossibilidade de a GALP praticar preços menores, dadas as suas margens. O Sr. Presidente deu a palavra ao Presidente da AdC para responder às questões colocadas.

Seguidamente, interveio o Sr. Deputado Diogo Feio, que considerou que os consumidores ficaram ao corrente da inexistência de problemas grandes quanto ao mercado, apesar de este ser oligopolista. Questionou o Presidente da AdC sobre: a possibilidade de o mercado ser mais competitivo e qual a acção do Estado nesta matéria e com que benefícios e poupanças decorrentes dessa acção, o alcance das suas recomendações se estas não têm efeito prático, a fiabilidade dos dados enviados à AdC, a formação de preços mais acessíveis para os consumidores com a entrada dos supermercados no mercado e, ainda, sobre o eventual peso excessivo da tributação em Portugal face a uma formação do preço relativamente uniforme a nível internacional. O Sr. Presidente deu a palavra ao Presidente da AdC para responder às questões colocadas.

A Sra. Deputada Alda Macedo referiu que o relatório necessita de um tempo aprofundado de leitura, considerando que se trata de uma resposta excessivamente tardia à segurança dos consumidores relativamente à concertação de preços. Questionou, de seguida, o Presidente da AdC sobre o papel dos reguladores no funcionamento do mercado, a eventual existência de um processo ilegal de cartelização, o desfasamento de preços de uma semana e o carácter não satisfatório da explicação quanto à incapacidade de armazenagem dos operadores e o diferencial de preços já antes de imposto entre Portugal e Espanha. O Sr. Presidente deu a palavra ao Presidente da AdC para responder às questões colocadas.

O Sr. Presidente abriu, de seguida, uma segunda ronda de intervenções.

Usou, inicialmente, da palavra o Sr. Deputado Mendes Bota que, não questionando a seriedade e honestidade do Presidente, criticou o relatório e questionou o Presidente da AdC pela falta de respostas quanto: à necessidade de competitividade e concorrência num contexto cada vez mais monopolista, ao sentimento generalizado de engano das pessoas, pelo diferente desfasamento de preços em Portugal mais gravosos do que na Europa, à carga fiscal excessiva sobre combustíveis e, enfim, quanto às disposições constantes da Lei para afixação de preços nas auto-estradas. O Sr. Presidente deu a palavra ao Presidente da AdC para responder às questões colocadas.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Ventura Leite, dando conta da clarificação do processo de compra e distribuição de combustível e da inexistência de indícios de concertação de preços, considerando importante o papel das entidades reguladoras. Questionou o Presidente da AdC sobre as questões de eficiência energética, os preços mais elevados quanto à compra de gás e a existência de dados referentes a

2008 sobre o balanço energético do país. O Sr. Presidente deu a palavra ao Presidente da AdC para responder às questões colocadas.

Usou, igualmente, da palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes, questionando o Presidente da AdC sobre: a sua anterior recomendação sobre esta matéria; a impossibilidade de a GALP praticar preços menores face a maiores margens líquidas; a amplitude dos ajustamentos e custos para os cidadãos, as empresas e a economia; às diferenças de preços antes de impostos quando comparados com outros países europeus; a ausência de regulação dos preços do gás natural, à semelhança do que acontece noutros países; a dificuldade em provar em tribunal uma concertação que está visível no relatório, resultante dos comportamentos de uma estrutura de mercado oligopolista. O Sr. Presidente deu a palavra ao Presidente da AdC para responder às questões colocadas.

A Sra. Deputada Alda Macedo questionou a capacidade e instrumentos ao dispor da AdC para uma efectiva regulação do mercado e a transparência do seu funcionamento, bem como quanto à necessidade de haver um regulamento tarifário que dê segurança face ao preço a pagar ao fornecedor de combustível. O Sr. Presidente deu a palavra ao Presidente da AdC para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes interveio, ainda, questionando o Presidente da AdC sobre as recomendações constantes do relatório, nomeadamente o fecho de postos de venda de combustível em diversos pontos do território nacional, sobretudo em zonas transfronteiriças, o negócio de venda de combustível nas grandes superfícies e as reservas estratégicas de combustível. O Sr. Presidente deu a palavra ao Presidente da AdC para responder às questões colocadas.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da CAEIDR agradeceu a presença e intervenções dos diferentes intervenientes e as informações prestadas pelo Presidente da Autoridade da Concorrência e deu por terminada a audição. A reunião foi encerrada às 17h50, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta acta.

Palácio de São Bento, 21 de Abril de 2009.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Rui Vieira

Nota: Acta aprovada na reunião de 9 de Junho de 2009.

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- Agostinho Lopes
- Alda Macedo
- António Almeida Henriques
- David Martins
- Hortense Martins
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Magda Borges
- Maria Idalina Trindade
- Mendes Bota
- Miguel Ginestal
- Pedro Nuno Santos
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Carlos Lopes
- Diogo Feio
- Horácio Antunes
- Nuno Antão
- Teresa Venda

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

- Carlos Poço
- Hélder Amaral

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- Francisco Madeira Lopes
- Hugo Velosa